

MESÃO FRIO

PORTA DO DOURO



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023

PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO	
<u>Deliberações</u>	<u>Expediente</u>
Data <u>05/06/2024</u>	Of. ___ / ___ P.º ___
L.º <u>G1</u> Fl.º <u>169</u> It. <u>G.2</u>	Of. ___ / ___ P.º ___
Data ___ / ___ / ___	Of. ___ / ___ P.º ___
L.º ___ Fl. ___ It. ___	Of. ___ / ___ P.º ___

PROC.2B-3/17



Município de Mesão Frio

PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL

Prestação de Contas Consolidada do Exercício de 2023

Estabelece o n.º 1 e 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro na sua redação atual, (RFALEI) conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (RJUAL), que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas com vista à sua aprovação.

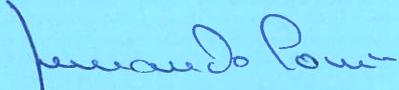
Nesse pressuposto e decorridos os formalismos legais necessários, foi o documento de prestação de contas individual do ano de 2023 do Município de Mesão Frio, aprovada no passado dia 17 de abril pela Câmara Municipal e em 23 de abril, pela Assembleia Municipal.

A prestação de contas individual pese embora com objetivos diferenciados não impede a necessidade de as autarquias que por esse regime sejam abrangidas, de efetuarem, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI as contas consolidadas, como é o caso do Município de Mesão Frio que detém, no exercício económico de 2023, uma participação de 3,77% no capital social da empresa intermunicipal Águas do Interior Norte, E.I.M, SA.

Decorrente do exposto e encontrando-nos dentro do prazo estipulado para o efeito, tenho a honra de, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, de submeter à apreciação e aprovação da Câmara Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal o documento de prestação de contas consolidada, acrescida da sua certificação legal emitida pelo Revisor Externo da autarquia (C&R Ribas Pacheco, SROC).

Mesão Frio, 31 de maio de 2024.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,
em exercício por ausência do Presidente da Câmara.


(Manuel Fernando Mesquita Correia)

MESÃO FRIO
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA
DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023**

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS


PROC.2B-3/17




PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto às matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 31 de maio de 2024

111

MESÃO FRIO
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA
DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PROC.2B-3/17

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 23.672.105 euros e um total de património líquido positivo de 17.636.571 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.222.824 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção “Bases para a opinião com reservas” e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A Entidade Consolidante encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, não tendo ainda sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Conforme o disposto nos parágrafos n.º 93 e n.º 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso. Neste contexto, não foi possível à Entidade Consolidante concluir esta avaliação de forma a ver reconhecidos nas suas demonstrações financeiras apenas os ativos onde o referido controlo é exercido nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero no anterior referencial contabilístico designado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

b) Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi derrogada.

c) A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade em virtude de ainda não dispor de informação suficiente para o efeito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Conforme se encontra divulgado no final da página n.º 52 do relatório & contas consolidado, em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais individuais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 31 de maio de 2024

MESÃO FRIO
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA
DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2023**

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

PROC.2B-3/17

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

À atenção de

C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da revisão legal de contas / auditoria que efetuaram às demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa certificação legal das contas consolidadas, sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o seu desempenho financeiro consolidado, os fluxos de caixa consolidados e o resultado consolidado das operações do Grupo, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos de consolidação adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que, relativamente a:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1. Cumprimos todas as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas, encontrando-se reconhecidas e divulgadas todas as situações relevantes e previstas no normativo contabilístico aplicável, não existindo qualquer omissão ao nível do reconhecimento e/ou divulgação.

1.2. As políticas contabilísticas consolidadas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.3. O Grupo não procedeu à derrogação de quaisquer princípios, políticas e normas contabilísticas nem das regras, critérios e métodos específicos subjacentes ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

1.4. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas são razoáveis.

1.5. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao património e a outros instrumentos do fundo patrimonial estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.6. Todas as adjudicações foram efetuadas em conformidade e de acordo com o seu enquadramento legal, orçamental e plano plurianual de investimento, tendo em vista a sua correta execução.

1.7. A execução orçamental do plano plurianual de investimento foi realizada no estrito cumprimento das normas e dos princípios orçamentais e legais.

1.8. Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção de consumidores, aplicáveis ao Grupo, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras consolidadas ou divulgados no anexo às mesmas;

- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas ou dados a conhecer no respetivo anexo;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pelo Grupo;

1.9. Confirmamos que o Grupo não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

1.10. Os inventários reconhecidos nas demonstrações financeiras correspondem aos inventários físicos existentes à data de fecho das contas e encontram-se valorizadas ao menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do exercício anterior, não existindo, desta forma, a necessidade de constituir imparidades em inventários.

1.11. As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas pelo modelo custo, conforme divulgado na nota n.º 8 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.12. O Grupo é pleno titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.13. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultantes de alterações de processos tecnológicos, de condições de mercado, etc.

1.14. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente reconhecidos e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.15. Não se verificaram acontecimentos subsequentes à data do balanço que requeiram ajustamentos e/ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.16. Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas até à data desta declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.17. Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais e/ou não constituem distorções, quer, individualmente quer no seu agregado, para as demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos. A lista das referidas distorções não corrigidas apresentam-se discriminadas no ANEXO 1 à presente declaração.

1.18. Não se registaram quaisquer negócios entre o Grupo e os seus membros do órgão executivo e/ou seus familiares.

1.19. Os créditos sobre terceiros, com exceção dos reconhecidos como de cobrança duvidosa, são recuperáveis sem perdas relevantes, sendo que a cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada, não existindo acordos para o seu diferimento para além de um ano.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1. Disponibilizámos-vos:

- O acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da revisão legal de contas consolidadas/ auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas do Grupo, junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria;
- e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa auditoria.

- 2.2. Todas as transações foram registadas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.3. As demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais em consequência de fraude.
- 2.4. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas envolvendo os membros dos órgãos de gestão e/ou empregados.
- 2.5. Não existem casos de incumprimento, ou de suspeita de incumprimento, de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.6. Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que o Grupo esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento e que constam na resposta que vos foi dada pelos serviços jurídicos.
- 2.7. Não temos conhecimento da existência de quaisquer obrigações presentes, legais ou construtivas ou de quaisquer outras naturezas, resultantes de acontecimentos passados que possam vir a originar exfluxos de recursos económicos necessários para liquidar tais obrigações, pelo que não procedemos ao reconhecimento de qualquer provisão.
- 2.8. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.9. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações do Grupo, resultantes da possibilidade de as autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.10. O Grupo não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas as operações efetuadas no decurso do exercício ocorreram de facto e encontram-se devidamente suportadas e refletidas nos registos contabilísticos do Grupo.
- 2.11. Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.
- 2.12. Não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.13. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para o Grupo.
- 2.14. O Grupo cumpriu todas as obrigações derivadas de acordos, contratos, de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.
- 2.15. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de serem qualificadas como de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requerem ser reportadas às autoridades competentes.

2.16. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.17. Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras consolidadas;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações do Grupo;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.18. Tomámos conhecimento do draft da certificação legal das contas que contém as seguintes reservas e a seguinte matéria relacionada com o relato sobre as demonstrações orçamentais consolidadas:

• **Reservas:**

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A Entidade Consolidante encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, não tendo ainda sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Conforme o disposto nos parágrafos n.º 93 e n.º 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso. Neste contexto, não foi possível à Entidade Consolidante concluir esta avaliação de forma a ver reconhecidos nas suas demonstrações financeiras apenas os ativos onde o referido controlo é exercido nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero no anterior referencial contabilístico designado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

b) Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi derogada.

c) A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade em virtude de ainda não dispor de informação suficiente para o efeito.

• **Matéria relacionada com o relato sobre as demonstrações orçamentais consolidadas:**

Conforme se encontra divulgado no final da página n.º 52 do relatório & contas consolidado, em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais individuais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

Mesão Frio, 05 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,



(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



(Dalila Maria de Sousa Ferreira, Dr.ª)

ANEXO 1
A DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(valores expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	VALOR	EFEITO NO ATIVO	EFEITO NO PASSIVO	EFEITO NOS FUNDOS PRÓPRIOS	EFEITO NOS CUSTOS	EFEITO NOS PROVEITOS
Faturas emitidas à Entidade Consolidante em 2023 relativas a gastos do período que foram reconhecidas como acréscimos de gastos e não como dívida a fornecedores.	67.708	-	-	-	-	-
Faturas emitidas à Entidade Consolidante de aquisição de bens pertencentes ao ativo fixo tangível com data de 2023 reconhecidas apenas em 2024.	156.330	-156.330	+156.330	-	-	-
TOTAL DAS SITUAÇÕES NÃO CORRIGIDAS	224.038	-156.330	+156.330	-	-	-

MESÃO FRIO
PORTA DO DOURO



Relatório & Contas
Consolidado

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relatório Consolidado de Gestão

Handwritten notes in blue ink:
A circled 'R' with a checkmark below it.
A large stylized signature.
A circle containing the number '2' with a checkmark below it.
The word 'Alerta' written below the signature.

Índice

Introdução	4
Perímetro de consolidação de contas	5
Entidades incluídas no perímetro de consolidação	6
Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação	6
Análise Económico-Financeiro	7
Análise ao Balanço	7
Demonstração de Resultados Consolidado	8
Indicadores Económico-Financeiro	9
Dívida Consolidada	9
Balanço Consolidado	10
Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	12
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	14
Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido	16
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	18
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	48

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '3' and the name 'Alto'.

1. Introdução

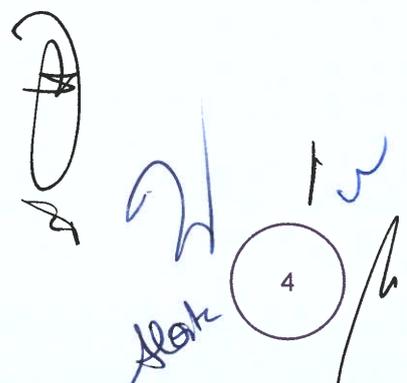
O Município de Mesão Frio apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

A existência ou presunção de controlo por parte do município relativamente às entidades de natureza empresarial afere-se, desde logo, pela sua classificação como empresas locais, nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Já quanto às entidades de outra natureza, a existência de presunção de controlo verifica-se de forma casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado (artigo 75.º, n.º 4, alíneas b) e c), da Lei n.º 73/2013).

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de março, na sua atual redação, integrem o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o efeito, o método de equivalência patrimonial. Este método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local (POCAL).



Handwritten signature and stamp. The stamp is a circle containing the number 4. There are additional handwritten marks and initials around the stamp.

2. Perímetro de consolidação contas

O n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26), *cfr* n.º 1 do artigo 7.º;
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22) *cfr* n.º 4 do artigo 7.º.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Uma vez que a entidade incluída no perímetro de consolidação não apresenta demonstrações orçamentais, os mapas previstos na NCP 26 serão apresentados com os valores do Município.

À luz do nº 7 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados por natureza consolidada;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Mapa Consolidado dos Fluxos de caixa;
- Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

Handwritten signatures and a circled number 5.

3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, S.A.

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 27.148.050,00 €
- % Capital detido: 3,77%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, nº 1 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

4. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Participação/Quota	Capital/Fundos	Capital Próprio	RLE	OBS.
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513 606 084	0,08%	108.095.468 €	295.261.507 €	12.491.132 €	a)
Comunidade Intermunicipal do Douro	508 779 200	5,26%				b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1.500,00€				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508 905 435	1.500,00€				b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502 459 417	14,29%				b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501 627 413	4.819,25€				b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 121 047	357,00 €				b)
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	1 000,00 €				b)
Fundação Museu do Douro - FDM FP	507 693 671	0,88%	1.093.034,10€	7.083.786,19€	4.760,81€	c)
a) Criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio		b) Entidades não societárias				
c) Criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, 23 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º 16/2015, de 02 de novembro						

5. Análise Económico-Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. De seguida, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidada, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mesão Frio.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number '6' and various scribbles.

5.1 Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado apresenta os ativos e passivos classificados em correntes e não correntes. Apresentamos de seguida um resumo do Balanço Consolidado da Gerência de 2023 e 2022, onde se verifica que o Ativo Consolidado atingiu, em 2023, o montante de 23.672.105,47€ o que representa um acréscimo de 4,57% face ao período homólogo.

Componentes do Ativo

Ativo Consolidado	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Ativo Não Corrente	22 301 757,25 €	94%	21 429 147,16 €	95%
Ativos Fixos Tangíveis	17 164 055,34 €	73%	16 310 576,52 €	72%
Propriedades de Investimento	536 525,05 €	2%	547 961,05 €	2%
Ativos Intangíveis	39 764,98 €	0%	46 004,95 €	0%
Participações Financeiras	4 561 411,88 €	19%	4 524 604,64 €	20%
Ativo Corrente	1 370 348,22 €	6%	1 208 570,64 €	5%
Inventários	81 572,84 €	0%	76 825,73 €	0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	222 991,86 €	1%	210 925,33 €	1%
Clientes, contribuintes e utentes	38 159,77 €	0%	68 100,82 €	0%
Estado e outros entes públicos	59 371,58 €	0%	56 852,79 €	0%
Outras contas a receber	320 458,42 €	1%	478 240,02 €	2%
Diferimentos	920,93 €	0%	3 692,11 €	0%
Caixa e depósitos	646 872,82 €	3%	313 933,84 €	1%
Total do ativo	23 672 105,47 €	100%	22 637 717,80 €	100%

O ativo consolidado decompõe-se ativo não corrente (94%) e ativo corrente (6%). Na componente do ativo não corrente releva com maior impacto a subcomponente "Ativos Fixos Tangíveis" (73%) e "Participações Financeiras" (19%). O Ativo corrente é todo o ativo da entidade que, em situações normais, é convertido em disponibilidades (ou meios de pagamento) um prazo igual ou inferior ao tempo que dura o ciclo de exploração. Distingue-se assim do Ativo não corrente cujo objetivo é a produção ou o apoio às diversas operações internas da entidade e não a sua conversão direta em meios de pagamento.

Componentes do Passivo e Capital Próprio

Capital Próprio e Passivo	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Capital Próprio	17 636 571 €	75%	17 068 476 €	75%
Património / Capital	4 206 871 €	24%	4 206 871 €	25%
Reservas	321 375 €	2%	321 375 €	2%
Resultados transitados	564 331 €	3%	- 277 253 €	-2%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 284 558 €	7%	1 260 789 €	7%
Outras variações no Património Líquido	12 482 161 €	71%	11 804 161 €	69%
Resultado líquido do período	- 1 222 824 €	-7%	- 247 466 €	-1%
Passivo	6 035 534 €	25%	5 569 242 €	25%
Passivo não corrente	4 222 014 €	70%	4 458 210 €	80%
Financiamentos obtidos	3 603 275 €	60%	3 770 085 €	68%
Diferimentos	30 919 €	1%	44 995 €	1%
Outras contas a pagar	587 820 €	10%	643 130 €	12%

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number '7' and various scribbles.

Passivo corrente	1 813 520 €	30%	1 111 032 €	20%
Fornecedores	457 313 €	8%	104 226 €	2%
Estado e outros entes públicos	109 412 €	2%	73 918 €	1%
Financiamento obtidos	386 270 €	6%	385 365 €	7%
Fornecedores de Investimento	61 688 €	1%	12 019 €	0%
Outras contas a pagar	798 838 €	13%	535 503 €	10%
Total Capital Próprio e Passivo	23 672 105 €	100%	22 637 718 €	100%

Em relação ao passivo, as contas do grupo público municipal fecharam com um valor de 6.035.534€, verificando-se um ligeiro aumento face ao ano transato, sendo constituído por 70% a componente do passivo não corrente e por 30% da componente do passivo corrente.

O Capital Próprio do grupo público municipal totalizou o montante de 17.636.571€, o que traduz um acréscimo de 568.095,00€ relativamente ao ano anterior.

5.2 Demonstração de Resultados Consolidado

O objetivo principal da Demonstração de Resultados é o de aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a antever a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

De seguida, apresenta-se um mapa resumo da Demonstração Consolidada de Resultados Consolidada.

Gastos	2023	%	2022	%
Perdas imputados de entidades controladas, associadas	0,00 €	0%	0,00 €	0%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	153 837,47 €	2%	110 427,26 €	2%
Fornecimentos e serviços externos	1 617 871,99 €	23%	1 220 285,73 €	21%
Gastos com pessoal	3 561 441,76 €	50%	2 988 169,01 €	51%
Transferências e subsídios concedidos	299 359,41 €	4%	347 474,37 €	6%
Outros gastos	320 597,65 €	4%	54 799,56 €	1%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	1 012 861,14 €	14%	1 079 800,75 €	18%
Juros e gastos similares suportados	163 916,74 €	2%	71 861,41 €	1%
Total Gastos	7 129 886 €	100%	5 872 818 €	100%

Rendimentos	2023		2022	
Impostos e taxas	505 933,11 €	9%	529 428,33 €	9%
Vendas	14 635,52 €	0%	12 225,22 €	0%
Prestações de serviços	384 562,91 €	7%	338 413,83 €	6%
Rendimentos/ Ganhos imputados de entidades controladas, associadas	12 938,37 €	0%	20 531,68 €	0%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0%	1 122,00 €	0%
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	4 552 455,61 €	77%	4 222 706,93 €	75%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	4 395,09 €	0%	566,30 €	0%
Outros rendimentos	432 141,27 €	7%	500 357,36 €	9%
Total Rendimentos	5 907 062 €	100%	5 625 352 €	100%

Handwritten signature and initials, including a circled number 8.

Em termos globais, comparando os gastos com os rendimentos, verifica-se um saldo negativo, sendo a diferença traduzida pelo Resultado Líquido do Exercício de 2023, que se cifrou em 1.222.824,00€.

O resultado do exercício antes das depreciações e gastos de financiamento regista um resultado negativo na importância de 46.046,40€, consequência da realização dos movimentos contabilísticos respeitantes às depreciações do exercício e juros e gastos similares suportados.

5.3 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores	2023	2022
Autonomia Financeira	75%	75%
Solvabilidade	292%	306%
Liquidez Geral	76%	109%
Liquidez Reduzida	71%	102%
Liquidez Imediata	36%	28%

6. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

Stock da dívida - Empréstimos Bancários

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	3 603 275 €	974 440 €	4 577 715 €	- €	4 577 715 €
Empréstimos bancários - corrente	386 270 €	33 977 €	420 247 €	- €	420 247 €
Total	3 989 545 €	1 008 417 €	4 997 962 €	- €	4 997 962 €

Stock da dívida corrente

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Fornecedores	519 001 €	233 631 €	752 633 €	- €	752 633 €
Estado e Outros Entes Públicos	109 412 €	3 666 €	113 078 €	- €	113 078 €
Outras Contas a pagar	798 838 €	70 682 €	869 520 €	- €	869 520 €
Total	1 427 251 €	307 980 €	1 735 230 €	- €	1 735 230 €

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (cauções).

Handwritten signature and date: 9/11/23

Balanço Consolidado

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '10' and various scribbles.

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente		22 301 757,25 €	21 429 147,16 €
Ativos fixos tangíveis	5	17 164 055,34 €	16 310 576,52 €
Propriedades de investimento	8	536 525,05 €	547 961,05 €
Ativos intangíveis	3	39 764,98 €	46 004,95 €
Participações financeiras	1/18/20	4 561 411,88 €	4 524 604,64 €
Ativo corrente		1 370 348,22 €	1 208 570,64 €
Inventários	10	81 572,84 €	76 825,73 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	222 991,86 €	210 925,33 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	38 159,77 €	68 100,82 €
Estado e outros entes públicos	23.1	59 371,58 €	56 852,79 €
Outras contas a receber	18	320 458,42 €	478 240,02 €
Diferimentos		920,93 €	3 692,11 €
Caixa e depósitos	1	646 872,82 €	313 933,84 €
Total Ativo		23 672 105,47 €	22 637 717,80 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		17 636 571,00 €	17 068 475,86 €
Património/Capital		4 206 870,89 €	4 206 870,89 €
Reservas		321 374,76 €	321 374,76 €
Resultados transitados		564 331,21 €	-277 252,87 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 284 657,71 €	1 260 788,84 €
Outras variações no património líquido		12 482 160,71 €	11 804 160,68 €
Resultado líquido do período		-1 222 824,28 €	-247 466,44 €
Total Património Líquido		17 636 571,00 €	17 068 475,86 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		4 222 014,11 €	4 458 210,30 €
Financiamentos obtidos	7	3 603 275,12 €	3 770 085,10 €
Diferimentos		30 918,60 €	44 995,32 €
Outras contas a pagar	18	587 820,39 €	643 129,88 €
Passivo corrente		1 813 520,36 €	1 111 031,64 €
Fornecedores	18	457 312,71 €	104 226,19 €
Estado e outros entes públicos	23.1	109 411,60 €	73 918,44 €
Financiamentos obtidos	7	386 269,85 €	385 364,86 €
Fornecedores de investimentos	18	61 688,37 €	12 018,85 €
Outras contas a pagar	18	798 837,83 €	535 503,30 €
Total Passivo		6 035 534,47 €	5 569 241,94 €
Total Património Líquido e Passivo		23 672 105,47 €	22 637 717,80 €



 11

Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

[Handwritten signature and initials]
12

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidado em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	505 933,11 €	529 428,33 €
Vendas	13	14 635,52 €	12 225,22 €
Prestações de serviços e concessões	13	384 562,91 €	338 413,83 €
Rendimentos/Ganhos Imputados de Entidades Controladas, Associadas	1	12 938,37 €	20 531,68 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	4 552 455,61 €	4 222 706,93 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/23.8	-153 837,47 €	-110 427,26 €
Fornecimentos e serviços externos	23.3	-1 617 871,99 €	-1 220 285,73 €
Gastos com pessoal	26	-3 561 441,76 €	-2 988 169,01 €
Transferências e subsídios concedidos		-299 359,41 €	-347 474,37 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	4 395,09 €	566,30 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	1 122,00 €
Outros rendimentos	13/14	432 141,27 €	500 357,36 €
Outros gastos	23.4	-320 597,65 €	-54 799,56 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-46 046,40 €	904 195,72 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-1 012 861,14 €	-1 079 800,75 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-1 058 907,54 €	-175 605,03 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-163 916,74 €	-71 861,41 €
Resultado antes de impostos		-1 222 824,28 €	-247 466,44 €
Imposto Sobre o Rendimento		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	1	-1 222 824,28 €	-247 466,44 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number '13' and the word 'Atenc'.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

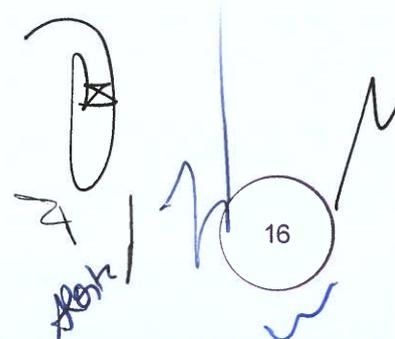
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
14
[Handwritten signature]

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		393 058,18 €	319 654,41 €
Recebimentos de contribuintes		460 394,20 €	480 417,02 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 432 353,25 €	4 355 411,10 €
Recebimentos de utentes		44 886,15 €	43 776,65 €
Pagamentos a fornecedores		-1 493 384,98 €	-1 284 981,88 €
Pagamentos ao pessoal		-3 517 089,60 €	-2 978 595,23 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-238 885,63 €	-314 939,53 €
Caixa gerada pelas operações		81 331,57 €	620 742,54 €
Outros recebimentos/pagamentos		327 122,86 €	-54 683,67 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		408 454,43 €	566 058,87 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 355 850,84 €	-1 712 307,18 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			2 101,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		30 034,68 €	138 279,71 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento			175 698,03 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 767 575,42 €	785 495,46 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		441 759,26 €	-610 732,98 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		156 293,82 €	539 201,25 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-499 132,18 €	-373 073,72 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-174 436,35 €	-86 240,05 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-517 274,71 €	79 887,48 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		332 938,98 €	35 213,37 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		313 933,84 €	278 720,47 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	646 872,82 €	313 933,84 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		313 933,84 €	278 720,47 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		313 933,84 €	278 720,47 €
SGA De execução orçamental		104 916,57 €	103 565,11 €
SGA De operações de tesouraria		209 017,27 €	175 155,36 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		646 872,82 €	313 933,84 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		646 872,82 €	313 933,84 €
SGS De execução orçamental		522 683,71 €	104 916,57 €
SGS De operações de tesouraria		124 189,11 €	209 017,27 €

O mapa apresentado diz apenas respeito à demonstração dos fluxos de caixa do Município, uma vez que na consolidação foi utilizado o método de equivalência patrimonial.

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Handwritten signature and a circular stamp containing the number 16.

Demonstração Consolidada das alterações de Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023

Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido	
		Capital/ Patrimônio	Acções (quotas)	Outros instrum. de capital	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no patrimônio	Resultado líquido do			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		4.206.870,89 €				321.374,76 €	-277.252,87 €	1.290.788,84 €		11.804.160,68 €	-247.466,44 €			17.068.475,86 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							1.073.696,87 €	23.868,87 €		345.290,03 €	-20.531,68 €			1.422.314,09 €
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							1.053.165,19 €			345.990,03 €				1.397.145,22 €
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							20.531,68 €	23.868,87 €		1.300,00 €	-20.531,68 €			25.168,87 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							0,00 €	0,00 €		0,00 €	-1.222.824,28 €			-1.222.824,28 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											-1.222.824,28 €			-1.222.824,28 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							-332.112,79 €	0,00 €		332.720,00 €	267.998,12 €			368.605,33 €
Subscrições de capital/patrimônio							-267.998,12 €				267.998,12 €			0,00 €
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações							35.885,33 €			332.720,00 €				368.605,33 €
Subscrições de prêmios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		4.206.870,89 €				321.374,76 €	564.331,21 €	1.284.657,71 €		12.482.160,71 €	-1.222.824,28 €			17.636.571,00 €

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

[Handwritten signatures and marks]

18

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Grupo Município de Mesão Frio apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

As demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, proporcionam informação aos utilizadores acerca dos recursos e obrigações de uma entidade à data de relato, dos gastos incorridos e rendimentos obtidos durante aquele período de relato e dos fluxos de caixa entre as datas de relato.

As notas que se seguem respeitam a numeração prevista na NCP1.

Todas as notas que se encontrem omissas são não aplicáveis.

Nota 0 – Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP):

O Município de Mesão Frio elaborou pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, no ano de 2020, nas quais foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, que estabeleceu orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, que previam a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico. Neste sentido foram efetuados os ajustamentos considerados para o efeito e reportados na prestação de contas dos anos respetivos (2020, 2021 e 2022).

Nota 1 – Identificação do perímetro consolidado, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Perímetro de consolidação de contas

1.1.1 Entidades incluídas na consolidação

Entidade consolidante: Município de Mesão Frio

Sede social: Avenida Conselheiro José Maria Alpoim 432, 5040-310 Mesão Frio

Atividade Principal: planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

Sede social: Avenida Rainha Santa Isabel, n.º 1, 5000-434 Vila Real

Atividade Principal: Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento,

valorização das águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

Capital social/Estatutário: 27.148.050,00 €

Participação detida: 3,77%

1.1.2 Entidades Excluídas na Consolidação

Quadro 1 – Entidades excluídas na consolidação

Entidade Participada		Participação/Quota	Capital/Fundos	Capital Próprio	RLE	OB S.
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513 606 084	0,08%	108 095 468 €	295 261 507 €	12 491 132 €	a)
Comunidade Intermunicipal do Douro	508 779 200	5,26%				b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1.500,00€				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508 905 435	1.500,00€				b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502 459 417	14,29%				b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501 627 413	4.819,25€				b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502 121 047	357,00 €				b)
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	1 000,00 €				b)
Fundação Museu do Douro - FDM FP	507 693 671	0,88%	1.093.034,10€	7.083.786,19€	4.760,81€	c)
a) Criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio		b) Entidades não societárias				
c) Criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, 23 de março, alterada pelo Decreto - Lei n.º 16/2015, de 02 de novembro						

Tratam-se de entidades sobre as quais, o Município de Mesão Frio não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis no n.º 4, 5 e 6 do Artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.1.3 Informações de procedimentos de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

Handwritten signatures and a circled number 20.

**Quadro 2 - Ajustamento de consolidação na conta
41.4 - investimentos noutras entidades**

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais próprios a 31.12.2023	61 995 593,53 €	
Parte de Capital do Município	2 337 233,88 €	
Valor inscrito	1 024 800,00 €	3,77%
Ajustamento MEP	1 312 433,88 €	

Reconhecimento da proporção do Resultado líquido

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2023	343 192,84 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	12 938,37 €	3,77%

1.2 Referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras

1.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a autarquia.

As políticas contabilísticas, apresentadas na Nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o ano de 2023.

1.2.2 Derrogações do normativo contabilístico

No que respeita aos requisitos preconizados na NCP 3, NCP 5 e NCP 27 os mesmos não foram aplicados na sua plenitude, conforme se expõe de seguida.

No que respeita à NCP 3 e NCP 5 é de referir:

Apesar do Município ter aplicado, na generalidade, o SNC-AP, não foi possível dar cumprimento na íntegra a todas as normas relacionadas com o Património, pese embora, os responsáveis por esta área de intervenção tenham regularizado a maioria das situações.

Contudo, no ano de 2024, irão continuar a promover uma análise detalhada relativamente:

- 🔥 Aos ativos fixos tangíveis, se será necessário a reclassificação de "Outros" para as contas mais adequadas de acordo com o PCM e CC2;
- 🔥 Aos bens inventariados que por vicissitudes várias não sofreram atualização da taxa de acordo com a aplicação do CC2;
- 🔥 Aos Ativos Intangíveis de forma a retratar e corrigir possíveis situações de reclassificação de contas;
- 🔥 À possibilidade de atribuição de valoração aos bens que à data apresentam valor patrimonial zero;

Acresce ao exposto, as situações que pese embora a identificação por parte do Município dos bens imóveis sobre os quais detém uso/controlado, ainda que sem a propriedade legal (observação dos parágrafos 93 e 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP),

ainda não foi possível reconhecer nas Demonstrações Financeiras o seu valor, atento à falta dos dados necessários para o efeito (Edifício Paços do Concelho e Antiga Residência de Estudantes).

No que respeita à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, é preconizada o subsistema de contabilidade de gestão, o qual assenta numa norma de contabilidade de gestão específica, de aplicação obrigatória.

A NCP 27 (§ 1), estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Esta norma refere, ainda no parágrafo 2, que o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos.

A implementação desse sistema, no que concerne ao Município de Mesão Frio, ainda não se encontra a funcionar na sua plenitude, por falta de recursos humanos qualificados. Contudo, a esta data, já dispõe, através de aquisição software, da recolha de dados relacionadas com os custos das máquinas e viaturas municipais, recursos humanos e aquisição de bens e serviços.

A exposição factual apresentada sustenta a fase de implementação Norma Contabilística Pública 27 e justifica o facto de, a esta data, ainda, não se apresentar o Relatório de Gestão de 2023, a informação detalhada, conforme previsto no §34 da NCP 27.

1.3 Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 3 – Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Conta	Designação	Saldo inicial 01/01/2023	Saldo final 31/12/2023
11	Caixa	0,00 €	0,00 €
12	Depósitos à Ordem	52 211,76 €	231 993,63 €
12.1	Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
12.2	Depósitos bancários à Ordem	52 211,76 €	231 993,63 €
13.1	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
13.2	Depósitos consignados	52 704,81 €	290 690,08 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	209 017,27 €	124 189,11 €
TOTAL		313 933,48 €	646 872,82 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number 22.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Município deu cumprimento ao ponto 1.2 – Controlo pela Entidade Pública, da estrutura conceptual da informação financeira pública, nomeadamente o seu parágrafo nº 93, que refere: “Para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre o recurso”.

Ponto 2.1. A base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo ou, no caso de alguns bens imóveis, através da avaliação realizada aquando do balanço inicial.

No caso de o ativo ser adquirido através de uma transação sem contraprestação, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no Balanço é efetuado quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

O não reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

- **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

- **Participações financeiras**

O Município de Mesão Frio detém participações financeiras nas empresas Águas do Interior Norte, E.I.M SA, e na Águas do Norte, SA encontrando-se essas participações mensuradas pelo seu custo o que determina e fixa a sua participação em 3,77% e 0,081%, respetivamente.

Atento à representatividade das participações no capital social daquelas entidades, ao Município de Mesão Frio não lhe é conferido qualquer controlo ou influência significativa.

Para os investimentos em outras entidades foram efetuados testes de imparidade, por aplicação da NCP 18, não se tendo obtido como resultado o reconhecimento de imparidades.

Handwritten signature and date: 23

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização. Nesse cálculo é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta) tendo por base a vida útil de referência que consta no CC2, conforme quadro infra. Os terrenos propriedade da autarquia não constam do quadro abaixo, atento a que não são depreciáveis.

A depreciação inicia-se no momento em que o ativo se qualifique para o seu uso pretendido.

Quadro 4 – Vida Útil do Bem

Natureza de Bens	Período Temporal de Amortização
Edifícios e Outras Construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património, Artístico e Cultural	Sem vida definida
Equipamento Básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de Transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento Administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento Biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	Entre 2 e 8 anos

- **Cientes e Outras Contas a Receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, ao valor realizável líquido dos dois, o mais baixo. O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Ponto 2.2. A Outras políticas contabilísticas relevantes

- **Contas a Pagar**

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia.

Handwritten signatures and a circled number 24.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2023.

- **Provisões**

As provisões relativas aos processos judiciais em curso não foram constituídas tendo por base a informação prestada pelos serviços jurídicos da autarquia em relação aos processos judiciais em curso e nos quais não se prevê uma condenação do Município de Mesão Frio.

- **Reconhecimento de Gastos e Rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

Ponto 2.3. Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

No ano de 2023, foram ainda efetuados julgamentos aquando da apreciação da execução de contratos celebrados com terceiros, ou similares, em particular aquando da avaliação do cumprimento das condições contratuais estabelecidas. Este julgamento determina a avaliação do cumprimento dos termos dos contratos subjacentes aos apoios concedidos a terceiros e aos obtidos resultando em lançamentos contabilísticos refletidos nas demonstrações financeiras.

Aquando da avaliação das imparidades nas contas de clientes e outros devedores foram efetuados julgamentos que resultam da análise ao histórico de recuperação de saldos das contas a receber, da antiguidade de saldos, da natureza da dívida, entre outros. Foram ainda efetuados julgamentos no que respeita ao cálculo das imparidades dos bens em inventários.

Ponto 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não existe informação a prestar no que respeita ao exercício de 2023, que possa determinar a indicação de pressupostos relativos ao futuro, sendo que se entende que não está em causa o princípio da continuidade da entidade.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number 25 circled in blue.

Ponto 2.5. Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em períodos anteriores.

As alterações a políticas contabilísticas decorrem da aplicação pela primeira vez, no ano de 2020, do SNC-AP.

Ponto 2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efetuadas em 2023 resultam de histórico assente em documentos que determinaram lançamentos contabilísticos em anos anteriores, e ainda da análise de processos, que determinou a estimativa das provisões a 31.12.2023, pelo que se considera que as estimativas efetuadas estão assentes em informação prestada aos serviços financeiros da autarquia, não existindo informação que tenha determinado a existência de incerteza nas estimativas efetuadas.

As principais estimativas efetuadas são as seguintes:

- Vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis de Propriedades de Investimento
- Imparidades das outras contas a receber
- Estimativa de férias e subsídio de férias

Ponto 2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

No ano de 2023, não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito neste ano ou períodos futuros.

Ponto 2.8 Erros materiais de períodos de anteriores

No corrente ano foram regularizados movimentos contabilísticos referentes a anos anteriores, com relevância material nas rubricas “Outras variações do Património Líquido” cujo aumento derivou das regularizações anuais dos subsídios ao investimento e os “resultados transitados” que passou de valor negativo em 2022 para a valor positivo em 2023. Esta alteração de paradigma diz respeito à necessidade de se efetuar, no ano económico de 2023 regularizações de anos transatos relacionados com o subsídio ao investimento das empreitadas “Construção da Zona de Lazer – 1.ª fase – Infraestruturas” (NTL n.º 954/2023 – 169.015,18€) e “Construção de Zona de Lazer – 2.ª fase – Piscinas” (NTL n.º 958/2023 – 884.150,01€), que se verificou não estar a amortizar no mesmo período temporal da depreciação do bem.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 5 - Quantia escriturada e variação do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	46 004,95 €	30 672,20 €					-4 606,21 €		-32 305,96 €	39 764,98 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento	44 605,96 €								-32 305,96 €	12 300,00 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	1 398,99 €	30 672,20 €					-4 606,21 €			27 464,98 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	46 004,95 €	30 672,20 €					-4 606,21 €		-32 305,96 €	39 764,98 €

Handwritten signatures and a circled number 26.

Notas:

Regra geral - as quantias a apresentar nas colunas devem figurar com sinal positivo se contribuírem para aumentar a quantia escriturada final, e com sinal negativo se contribuírem para a sua diminuição. Por exemplo, as reversões de perdas por imparidade devem figurar, por natureza, com sinal positivo, assim como as perdas por imparidade devem figurar, por natureza, com sinal negativo.

Quadro 6 - Desagregação das Adições

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perda a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis		30 672,20 €								30 672,20 €
AI1	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		30 672,20 €								30 672,20 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos Intangíveis em curso										
	TOTAL		30 672,20 €								30 672,20 €

Quadro 7 - Desagregação das Diminuições

Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis				-32 305,96 €	-32 305,96 €
AI1	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
AI2	Goodwill					
AI3	Projetos de desenvolvimento				-32 305,96 €	-32 305,96 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação					
AI5	Propriedade industrial e intelectual					
AI6	Outros					
AI7	Ativos Intangíveis em curso					
	TOTAL				-32 305,96 €	-32 305,96 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais, não havendo lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimento.

Quadro 8 - Acordos de Concessão de Serviços

Identificação dos Acordos de Concessão de Serviços – Ótica do Concedente								
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário			
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros	
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição – Energia, SA	Infraestruturas	20 anos	1 941 602,57€	-----	-----	-----	
Concessão de exploração do sistema municipal de distribuição de água e drenagem de águas residuais	Águas do Norte, SA	Infraestruturas	30 anos	270 888,48 €	-----	-----	-----	

Handwritten signature and initials

27

De acordo com a NCP 4, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

Atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

Os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao contrato de concessão em epígrafe são controlados, geridos e incrementados exclusivamente pelo Concessionário, não tendo o Município qualquer controlo nem informação sobre a sua existência, estado, localização, valor, entre outros parâmetros, sobre os tais ativos.

Em face do exposto, o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao presente contrato de concessão, dando cumprimento, desta forma, à NCP 4 e ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública.

Não obstante esta situação, com base na informação provisória disponibilizada e na eventualidade de se reconhecer esses bens, estes teriam um impacto no total do Ativo do Município de apenas 3,50%, conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Ativos em Exploração

Ativos em Exploração	Valor Líquido Global
Postos Transformação e Seccionamento	206 963,52 €
Redes aéreas	233 555,18 €
Redes subterrâneas	60 588,83 €
Chegadas aéreas	16 999,82 €
Chegadas subterrâneas	61 463,81 €
Contadores e acessórios	6 251,54 €
Iluminação pública	173 499,60 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	68 672,23 €
Total	827 994,53 €
% sobre total do ativo	3,50%
Total do ativo	23 672 105,47 €

Handwritten signatures and a circled number 28.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Estabelecem-se como exceções ao procedimento anterior, as seguintes situações:

- Edifícios do AEPAN, agregados ao Património Municipal com a concretização da transferência de competências na área da Educação, que foram mensurados pelo valor patrimonial, no ano de 2020;
- Loteamento da Quelha, situado na Freguesia de Oliveira (Lotes n.º 20, 21 e 22), mensurado pelo valor patrimonial no ano de 2022;
- Edifícios e viaturas da Unidade de Saúde Familiar de Mesão Frio agregados ao Património Municipal com a concretização da transferência de competências na área da Saúde, que foram mensurados pelo valor patrimonial, no ano de 2023.

É de referir ainda que não se deu início à depreciação do bem de domínio público (Inventário n.º 9122) da obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” no montante de 1.322.138€, atento a que o processo de loteamento ainda se encontra em curso.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida:

Quadro 10 – Ativos Fixos Tangíveis – Variações no Período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	3 111 251,77 €	9 636,04 €	2 614 520,33 €				-371 263,73 €			5 364 144,41 €
Terrenos e recursos naturais	189 500,94 €						-1 178,37 €			188 322,57 €
Edifícios e outras construções	1 891 305,01 €		2 212 687,07 €				-288 827,55 €			3 815 164,53 €
Infraestruturas	1 004 830,92 €	9 636,04 €	401 833,26 €				-81 257,81 €			1 335 042,41 €
Património histórico, artístico e cultural	25 614,90 €									25 614,90 €
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	13 199 324,75 €	1 803 510,61 €	-2 595 589,35 €				-607 325,08 €			11 799 910,93 €
Terrenos e recursos naturais	1 822 596,82 €	83 180,00 €								1 905 776,82 €
Edifícios e outras construções	10 516 165,66 €	306 962,79 €	-1 607 385,14 €				-430 234,15 €			8 785 539,16 €
Equipamento básico	119 463,87 €	22 434,96 €					-32 371,28 €			109 527,55 €
Equipamento de transporte	381 739,15 €	46 445,74 €					-79 694,80 €			348 490,09 €
Equipamento administrativo	69 486,64 €	67 126,51 €					-32 821,48 €			103 791,67 €
Equipamentos biológicos										
Outros	92 510,15 €	52 272,63 €	6 313,51 €				-32 203,37 €			118 882,94 €
Ativos fixos tangíveis em curso	197 363,46 €	1 225 057,96 €	-994 527,72 €							427 893,70 €
TOTAL	16 310 576,52 €	1 813 146,65 €	18 920,96 €				-978 588,81 €			17 164 055,34 €

Handwritten signatures and initials, including a large 'D' and 'W', and a circled number '29'.

As adições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

Quadro 11 - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		9 636,04 €									9 636,04 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		9 636,04 €									9 636,04 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		1 803 510,61 €									1 803 510,61 €
Terrenos e recursos naturais		83 180,00 €									83 180,00 €
Edifícios e outras construções		306 992,79 €									306 992,79 €
Equipamento básico		22 434,96 €									22 434,96 €
Equipamento de transporte		46 445,74 €									46 445,74 €
Equipamento administrativo		67 126,51 €									67 126,51 €
Equipamentos biológicos											
Outros		52 272,65 €									52 272,65 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 225 057,96 €									1 225 057,96 €
TOTAL		1 813 146,65 €									1 813 146,65 €

As diminuições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

Quadro 12 - Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL						

Handwritten signatures and a circled number 30.

Nota 6 – Locações

Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, uma vez que a transação entre um locador e um locatário se baseia num acordo de locação comum a ambas as partes.

De acordo com o §30 e 31 da Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 9, o Município de Mesão Frio reconhece a existência de contratos de locação operacional destinados a assegurar o fornecimento de serviços de cópia e impressão dos equipamentos multifunções e a utilização de 2 viaturas ligeiras.

Quadro 13 - Locações

Designação dos Bens em Locação	Valor do contrato s/ IVA	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Prestação de Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing dos equipamentos disponíveis no AEPAN - Mês de Janeiro - ADS nº 446/2022	551,22 €	551,22 €	551,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing dos equipamentos disponíveis no AEPAN - Mês de Fevereiro - ADS nº 17/2023	551,22 €	551,22 €	551,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing dos equipamentos disponíveis no AEPAN - Mês de março - ADS nº 48/2023	551,22 €	551,22 €	551,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de Serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing dos equipamentos disponíveis no AEPAN - Mês de abril e maio - ADS nº 107/2023	1 102,44 €	1 102,44 €	551,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de Serviços para aluguer e manutenção de duas fotocopiadoras multifunções, com impressão a A4 e A3 e digitalização frente e verso - ADS nº 85/2022	2 880,00 €	1 440,00 €	120,00 €	1 080,00 €	120,00 €	360,00 €	0,00 €	0,00 €	360,00 €	0,00 €
Aluguer, manutenção e assistência técnica a 7 equipamentos multifuncionais de cópia impressão e fax e 2 impressoras multifunções a preto e branco - CP nº 9/2023	18 981,00 €	6 993,00 €	999,00 €	0,00 €	0,00 €	11 988,00 €	0,00 €	0,00 €	11 988,00 €	0,00 €
Aluguer operacional de duas viaturas para o Município de Mesão Frio - CP nº 31/2022	27 581,04 €	9 193,56 €	766,14 €	1 532,28 €	766,14 €	9 193,80 €	7 661,40 €	0,00 €	16 855,20 €	0,00 €
Total	52 198,14 €	20 382,66 €	4 090,02 €	2 612,28 €	886,14 €	21 541,80 €	7 661,40 €	0,00 €	29 203,20 €	0,00 €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Quadro 14 – Custo de empréstimos obtidos

Designação	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Passivo corrente	386 269,85 €	385 364,86 €
Passivo não corrente	3 603 275,12 €	3 770 085,10 €
Total	3 989 544,97 €	4 155 449,96 €

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo.

Handwritten signatures and a circled number 31.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis, nos termos da NCP 1.

Quadro 15 - Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de investimento	547 961,05 €	1 480,10 €	-1 480,10 €	-11 436,00 €					536 525,05 €			
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais												
PI3	Edifícios e outras construções	547 961,05 €			-11 436,00 €					536 525,05 €			
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de investimento em curso		1 480,10 €	-1 480,10 €									
	TOTAL	547 961,05 €	1 480,10 €	-1 480,10 €	-11 436,00 €					536 525,05 €			

As adições das propriedades de investimento apresentam-se no quadro abaixo:

Quadro 16 – Propriedades de Investimento – Adições

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Propriedades de investimento		1 480,10 €								1 480,10 €
PI1	Bens de domínio público										
PI2	Terrenos e recursos naturais										
PI3	Edifícios e outras construções										
PI4	Outras propriedades de investimento										
PI5	Propriedades de investimento em curso		1 480,10 €								1 480,10 €
	TOTAL	- €	1 480,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 480,10 €

As diminuições das propriedades de investimento apresentam-se no quadro abaixo:

Quadro 17 – Propriedades de Investimento – Diminuições

Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Propriedades de Investimento					
PI1	Bens de domínio público					
PI2	Terrenos e recursos naturais					
PI3	Edifícios e outras construções					
PI4	Outras propriedades de investimento					
PI5	Propriedades de Investimento em curso					
	TOTAL	- €	- €	- €	- €	- €

Nota 9 – Imparidade de ativos

No exercício de 2023, os serviços de Tesouraria e Emissores de Receita, no âmbito dos procedimentos de encerramento de exercício económico, foram incumbidos, de realizarem os procedimentos de controlo e verificação de débitos existentes na tesouraria com a aferição da antiguidade e previsibilidade de recebimento.

Dos procedimentos efetuados resultou, mediante deliberação camarária de 20.12.2023, a anulação de provisões relacionadas com Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, consideradas pela sua natureza, incobráveis, e cujo detalhe se apresenta no quadro abaixo.

Handwritten signatures and a circled number 32.

Quadro 18 - Imparidade de ativos

Ativo	Quantia inicial	Perda imparidade reconhecida no exercício	Reversão imparidade reconhecida no exercício	Quantia final
Participações Financeiras	9 635,00 €	- €	- €	9 635,00 €
Cientes, contribuintes e utentes	4 535,58 €	- €	4 395,09 €	140,49 €

Nota 10 – Inventários

Os inventários assumem um papel preponderante nas entidades e permitem às mesmas um alargamento do seu campo de ação pois estão diretamente associados a outras duas áreas que constituem o ciclo operacional das entidades: compras e vendas.

O controlo dos inventários adquire relevância pois estes ativos constituem uma rubrica do Balanço, sendo de todo desejável que as entidades públicas disponham de um controlo dos mesmos. Os inventários são ativos, enquadrados na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Todavia, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) tem um entendimento mais abrangente acerca dos mesmos, concretamente com a aplicação da Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP 10) do SNC-AP e a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 18 (NCRF 18) do SNC, ambas dedicadas ao tratamento contabilístico dos Inventários.

Nesse sentido, na NCRF 18 (§ 8) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda e os produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Deste modo, os inventários são classificados em mercadorias, matérias-primas, consumíveis de produção, materiais, trabalho em curso e produtos acabados. De salientar, que no caso de um prestador de serviço, os inventários constituem os trabalhos em curso incluindo o custo do serviço quando ainda não estiver reconhecido o respetivo rédito.

Relativamente à NCP 10 (§ 9) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis para utilizar no processo de produção e os bens comprados ou produzidos para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

O sistema de inventário adotado no Município de Mesão Frio é o permanente, estando o inventário de matérias-primas, subsidiárias e de consumo mensurado ao custo médio ponderado. A rubrica “Inventários” regista no exercício económico o apuramento das existências relativas ao Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação). A rubrica em apreço contempla ainda o montante correspondente à obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e do terreno adquirido para concretização da mesma, atento a que este projeto/ação apresenta como finalidade a venda de lotes para a instalação de indústria.

No ano de 2022, com o auto de receção da obra, foi feita a reclassificação da parte correspondente aos bens de domínio público da rubrica de “Inventários” para rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis”. A parte correspondente aos terrenos para venda encontram-se reconhecidos em produtos e trabalhos em curso, uma vez que, o loteamento ainda está em curso.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 33

Quadro 19 - Inventários Movimentos do Período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	29 739,51 €	17 855,12 €	13 108,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34 486,62 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	140 729,46 €	140 729,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	47 086,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	47 086,22 €
Total	76 825,73 €	158 584,58 €	153 837,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	81 572,84 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota têm por objetivo identificar o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Quadro 20 - Rendimentos contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades	36 420,14 €		18,72 €	1 175,68 €	
Vendas	14 635,52 €	0,00 €			
Prestação de serviços	380 167,82 €	0,00 €	72 617,68 €	43 968,08 €	
Alienações		0,00 €			
Rendas/Concessões	30 034,68 €	0,00 €			
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 789,63 €	0,00 €			
Total	470 047,79 €	0,00 €	72 636,40 €	45 143,76 €	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Para o apuramento dos rendimentos reconhecidos no exercício foi tido em conta o princípio da especialização do exercício, o qual define que os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. Assim, os valores respeitantes ao exercício de 2023, cujo recebimento apenas ocorrerá em 2024, foram reconhecidos com base numa estimativa.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Handwritten signatures and a circled number 34.

Quadro 21 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	327 523,73 €	0,00 €	2 585,78 €	10 659,85 €	0,00 €
Impostos indiretos	133 344,52 €	0,00 €	11 356,04 €	5 516,03 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades	8 644,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 552 455,61 €	0,00 €	123 597,14 €	0,00 €	0,00 €
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos	19 610,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	382 496,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	5 424 075,72 €	0,00 €	137 538,96 €	16 175,88 €	0,00 €

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Esta nota dedica-se aos movimentos realizados no que respeita aos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Mesão Frio, quer instaurados por outras entidades, que após informação jurídica, prestada para o efeito, se verificou não haver lugar a reconhecimento de provisões para riscos e encargos, nos processos judiciais em curso, dado ter sido considerado não existir risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis.

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, na importância de 311.851,19 € (prestadas em papel – 200.253,63 € + depósitos próprios resultantes dos contratos de empreitadas – 111.597,56€) por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, devem ser refletidas também nesta rubrica. Contudo, não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município de Mesão Frio na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 – Acontecimentos após a Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado encontram-se detalhadas da seguinte forma:

Quadro 22 – Instrumentos Financeiros - Ativos

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	2 224 178,00 €									2 224 178,00 €
Participações financeiras - MEP	2 300 426,64 €			36 807,24 €						2 337 233,88 €
Outros ativos financeiros										
Devedores por transferências e subsídios	210 925,33 €				12 066,53 €					222 991,86 €
Clientes, contribuintes e utentes	68 100,82 €				140,19 €				30 081,24 €	38 159,77 €
Outras contas a receber	478 240,02 €								157 781,60 €	320 458,42 €
Total	5 281 870,81 €	0,00 €	0,00 €	36 807,24 €	12 206,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	187 862,84 €	5 143 021,93 €

Quadro 23 – Instrumentos Financeiros - Passivos

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de valor justo	Reversões de Perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidades	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Outros passivos financeiros										
Financiamentos obtidos	3 957 040,75 €								124 134,63 €	3 832 906,12 €
Credores por transferências e subsídios (subvenção)	198 409,21 €								41 770,36 €	156 638,85 €
Fornecedores c/c	104 226,19 €				353 086,52 €					457 312,71 €
Fornecedores investimento	12 018,85 €				49 669,52 €					61 688,37 €
Cauções	209 017,30 €								84 828,19 €	124 189,11 €
Outras contas a pagar	969 615,88 €				292 852,80 €					1 262 468,68 €
Total	5 450 328,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	695 608,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	250 733,18 €	5 895 203,84 €

Nota 19 – Benefícios dos Empregados

No ano de 2023 foram reconhecidos gastos no montante de 3.561.441,76€, os quais incluem as remunerações do pessoal e as remunerações dos órgãos da autarquia, os encargos da entidade para com a Caixa Geral de Aposentações (241.360,94€) e a Segurança Social (343.482,43€), entre outros.

Neste valor estão considerados os acréscimos de gastos com o subsídio de férias, remunerações de férias e encargos relativos às férias do ano de 2023, vencidas a 01.01.2024 e cujo pagamento só ocorre em 2024, num total de 424.767,45€.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nesta nota poder-se-á verificar, no quadro abaixo descrito, a designação das entidades participadas, por parte do Município de Mesão Frio, com indicação da parcela percentual/montante, verificando-se que não existe controlo nem transações internas sob nenhuma daquelas entidades.

Quadro 24 - Entidades Participadas

Entidade	Sede	Código Jurídico	Participação	Capital/Fundos	Capital Próprio	RLE	OBS.
Águas do Norte, SA	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	DL	0,081%	108 095 468 €	295 261 507 €	12 491 132 €	Ações
Comunidade Intermunicipal do Douro	Av.º Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	CIM	5,26%	-----	-----	-----	Participação

Associação do Douro Histórico	Rua das Eiras 5060-320 Sabrosa	ADH	1.500,00€				Quota
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	OQA	1.500,00€				Quota
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	Av.ª Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	AM	14,29%				Participação
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	AM	4.819,25€				Quota
Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. - ADIN	Av. Rainha Santa Isabel, N.º 1 5000-434 Vila Real	AIN	3,77%	27 148 050 €	78 571 641 €	343 192,84 €	Ações
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho 17, 5100-127 Lamego	AM	357,00 €				Quota
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo-Quinta das Pratas-Cartaxo	AM	1 000,00 €				Quota
Fundação Museu do Douro - FDM FP	Rua Marquês do Pombal s/n 5040-282 Peso da Régua	DL	0,88%	1.093.034,10€	7.083.786,19€	4.760,81€	Participação

20.1. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

20.1.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ÁGUAS DO NORTE, S. A

A Águas do Norte, S.A., foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., CIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos. A agregação das concessionárias acima referidas, proporciona a obtenção de sinergias, com reflexo muito positivo na sustentabilidade económica e financeira do setor da água na região Norte. Neste contexto, a Águas do Norte, S.A., é a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas sépticas. A Águas do Norte, S.A. assume também a exploração e gestão do sistema de águas da região do Noroeste, em resultado da celebração de uma Parceria entre o Estado (Administração Central) e 8 Municípios (Administração Local), que concretiza um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos Municípios) e em “baixa” (prestados aos utilizadores finais, os munícipes), de forma regular, contínua e eficiente. A exploração e gestão dos referidos sistemas incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a

melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários ao desenvolvimento das atividades.

20.1.2. PARTICIPAÇÕES NÃO SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Os 19 municípios da NUT III Douro formalizaram dia 15 de janeiro de 2009, por escritura pública, a constituição da nova Comunidade Intermunicipal do Douro - CIMDOURO, que vem substituir, em definitivo, a Comunidade Urbana do Douro, criada em junho de 2004.

A CIM Douro tem sede em Vila Real e delegações na cidade de Lamego e na vila de Torre de Moncorvo. Apresentam-se como principais desafios a esta Comunidade Intermunicipal a gestão do contrato celebrado com o Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

Os municípios que a integram são: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tarouca e Freixo de Espada-à-Cinta, representando, segundo os censos de 2021, uma população residente superior a 183 mil habitantes.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, constituída a 22 de fevereiro de 1985, representa e defende os Municípios Portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais e/ou internacionais.

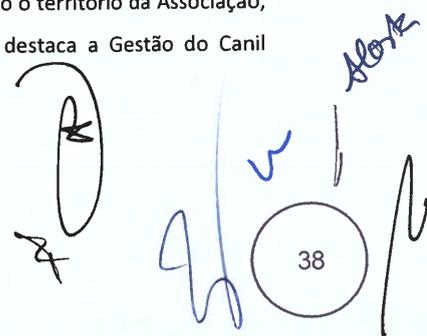
A ANMP, realiza estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local e promove a troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros.

A ANMP, desenvolve ainda ações de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal da administração local, mantendo serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO NORTE

Constituída em 25 de outubro de 1990, a Associação de Municípios do Vale Douro Norte – AMVDN, é formada por 7 municípios: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

Criada pela crescente dinâmica dos municípios que dela fazem parte e da necessidade de coordenar ações municipais, a AMVDN tem como papel primordial a gestão de iniciativas intermunicipais com relevância para todo o território da Associação, tendo sempre em vista o desenvolvimento mais harmonioso de todo o espaço, das quais se destaca a Gestão do Canil Intermunicipal.



Handwritten signatures and a circled page number 38.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, instituída a 22 de julho de 1988, na cidade de Lamego, onde se encontra sedeada, tem por objeto promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos.

Através de uma estreita colaboração, embora sem fins lucrativos, dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam ou usufruem.

ASSOCIAÇÃO DOURO HISTÓRICO

A Associação Douro Histórico, criada em 2001, é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional sustentado, dando especial atenção à valorização do património cultural e à revitalização do mundo rural valorizando o seu potencial endógeno. Contribui para a conservação, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis e móveis, bem como de todo o património público e privado.

Das atividades desenvolvidas ao longo de tempo, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendimento empresarial, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Desta Associação fazem parte os municípios de Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.

De âmbito regional e com uma extensa abrangência territorial agregando os 86 Municípios que constituem a NUT II – Norte, a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, criada através do Decreto – Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, adota a denominação de Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e a abreviatura de TPNP, E.R., tem a sua sede em Viana do Castelo e é uma pessoa coletiva pública, de natureza associativa, com autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

O TPNP, E.R., é responsável pela valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, pela promoção interna e o mercado alargado dos destinos turísticos regionais, bem como pela gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional.

A atuação da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. tem na sua base um diversificado e vasto leque de recursos naturais e patrimoniais, produtos únicos e marcas de grande qualidade, que constituem a oferta turística de um território singular, distribuída pelos seus quatro subdestinos – Porto, Douro, Minho e Trás-os-Montes.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho, com sede no Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo, sito na Quinta das Pratas, na cidade do Cartaxo, é uma Associação que consiste na afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos Municípios Portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 39 inside a circle.

Esta Associação propõe concretizar os objetivos ao nível da promoção da viticultura e das relações entre os territórios produtores de vinho de qualidade a nível nacional e internacional, valorização e promoção dos territórios de vocação vitivinícola e agrícola, das atividades agroalimentares, da produção de especialidades enogastrónomicas e das produções da economia eco compatível para assegurar a permanência dos agricultores no território.

FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO - FDM FP

A Fundação Museu do Douro foi criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, alterada pelo Decreto-Lei n.º 16/2015, de 2 de novembro, tem como finalidade a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, nos termos dos respetivos estatutos.

20.1.3. EMPRESA INTERMUNICIPAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S. A

A Águas do Interior – Norte, EM, SA foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – Norte, EIM, SA. é uma empresa dedicada à gestão de serviços de interesse geral, tendo neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios que a constituíram.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios que a constituíram e a Águas do Interior – Norte, EIM, SA.

A Águas do Interior – Norte, EIM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- Abastecimento público de água para consumo humano;
- Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral, devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da

Handwritten signatures and a circular stamp containing the number 40.

atividade empresarial local e das participações locais e pelos princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;
- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

A satisfação das expectativas e necessidades dos clientes será procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados. Aperfeiçoando constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases do negócio e adotando as soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 Estado e Outros Entes Públicos

Inclui-se na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, componente do passivo corrente, a importância de 109.411,60€, que resulta do valor retido aos trabalhadores e a parte correspondente à entidade patronal, relativamente à componente do IRS, IGSS, CGA, do mês de dezembro de 2023, cujo prazo limite de pagamento cessa aos 20 dias do mês seguinte a que diz respeito.

Na componente do ativo corrente, na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, regista o montante total de 59.371,58€, correspondente ao valor do Crédito do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Quadro 25 – Estado e Outros Entes Públicos

Conta	Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
		Saldos	Saldos	Saldos	Saldos
		Devedores	Credores	Devedores	Credores
242	Retenção de Impostos sobre Rendimentos	0,00 €	13 219,98 €	0,00 €	12 325,00 €
243	Impostos Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	59 371,58 €	0,00 €	56 852,79 €	0,00 €
245	Contribuições para Sistemas de Proteção Social e Subsistemas de Saúde	0,00 €	96 191,62 €	0,00 €	61 593,44 €
249	Outras Tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	TOTAL	59 371,58 €	109 411,60 €	56 852,79 €	73 918,44 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number 41 and various scribbles.

23.2 Gastos com Pessoal

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de Gastos com Pessoal a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Quadro 26 – Gastos com o Pessoal

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
630	Remunerações dos Titulares de Órgãos da Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	108 184,55 €	105 523,43 €
632	Remunerações do Pessoal	2 619 641,47 €	2 225 716,30 €
635	Encargos Sobre Remunerações	586 556,51 €	495 855,40 €
636	Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	30 671,03 €	38 998,82 €
638	Outros Gastos com Pessoal	153 762,31 €	111 940,76 €
639	Outros Encargos Sociais	62 625,89 €	10 134,30 €
TOTAL		3 561 441,76 €	2 988 169,01 €

23.3 Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Quadro 27 – Fornecimento e Serviços Externos

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
621	Subcontratos e parcerias	255 749,95 €	241 476,18 €
622	Trabalhos Especializados	803 031,17 €	448 032,41 €
623	Materiais de Consumo	81 769,95 €	66 607,07 €
624	Energia e Fluidos	368 900,85 €	372 252,89 €
625	Deslocações Estadas e Transportes	3 459,34 €	3 138,72 €
626	Serviços Diversos	104 960,73 €	88 778,46 €
TOTAL		1 617 871,99 €	1 220 285,73 €

23.4 Outros Gastos e Perdas

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de Outros Gastos e Perdas a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Quadro 28 – Outros Gastos

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
681	Impostos e Taxas	46 561,47 €	38 900,28 €
684	Perdas de Inventários	158,14 €	206,92 €
687	Gastos em Investimentos não Financeiros	0,00 €	3 990,38 €
688	Outros	273 878,04 €	11 701,98 €
TOTAL		320 597,65 €	54 799,56 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled number 42.

23.5 Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de Transferências e subsídios não reembolsáveis a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Quadro 29 - Transferência e Subsídios Não Reembolsáveis

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar
Devedores por Transferências e subsídios não reembolsáveis				
Estado	0,00 €	1 930,00 €	0,00 €	1 930,00 €
Fundos Comunitários	0,00 €	221 061,86 €	0,00 €	201 272,66 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 722,67 €
Credores por Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis				
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	222 991,86 €	0,00 €	210 925,33 €

23.6 Outras Contas a Receber e a Pagar

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de Outras Contas a Receber e a Pagar a 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Quadro 30 - Outras Contas a Receber e a Pagar

Conta	Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
		Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
2082	Outros Credores	0,00 €	252 493,43 €	0,00 €	0,00 €
2720	Impostos e taxas imputadas ao período	252 711,68 €	0,00 €	252 446,99 €	0,00 €
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	60 903,24 €	0,00 €	225 793,03 €	0,00 €
2722	Credores por acréscimos de gastos	0,00 €	528 132,80 €	0,00 €	517 291,70 €
277	Cauções	0,00 €	124 189,11 €	0,00 €	209 017,27 €
27891	Outros Devedores	6 843,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2789211	Outros Credores	0,00 €	18 211,60 €	0,00 €	18 211,60 €
2789292	Outros credores - outros	0,00 €	463 631,28 €	0,00 €	434 112,61 €
	TOTAL	320 458,42 €	1 386 658,22 €	478 240,02 €	1 178 633,18 €

Handwritten signatures and a circled number 43.

23.7 Descrição Desagregada das Responsabilidades, por Garantias e Cauções prestadas e Recibos para Cobrança

O presente mapa reflete os movimentos contabilísticos efetuados no âmbito das Garantias e Cauções prestadas:

Quadro 31 - Contas de Ordem

Código	CÓDIGO SNC-AP Descrição Garantias e Cauções	Saldo da Gerência Anterior (1)	Movimento anual			Saldo para a Gerência Seguinte (5)=(1)+(2)- (3)-(4)
			Prestadas (2)	Devolvidas (3)	Acionadas (4)	
09	Garantias e cauções de empreitadas	199 664,10 €	43 043,39 €	126 608,44 €	0,00 €	116 099,06 €
09	António Guedes Ferreira	419,50 €	0,00 €	419,50 €		0,00 €
09	Acácio da Caridade Ferreira E Irmão, S.A.	3 447,71 €	7 325,01 €	10 772,72 €		0,00 €
09	Cadnorida Construções, Lda.	281,50 €	0,00 €	0,00 €		281,50 €
09	Construções Armando Ferreira, Lda	10 803,94 €	19 290,19 €	0,00 €		30 094,13 €
09	Construções Pedro Pinto, S.U. Lda	718,26 €	0,00 €	0,00 €		718,26 €
09	Diaplant, Lda	5 512,90 €	4 563,11 €	10 076,01 €		0,00 €
09	Engisun, Lda	4 947,51 €	0,00 €	0,00 €		4 947,51 €
09	Empreendimentos Turísticos Porta do Douro, Lda.	847,50 €	0,00 €	0,00 €		847,50 €
09	Estradas Pinheiro - Engenharia e Construção, Lda.	20 127,95 €	0,00 €	8 397,95 €		11 730,00 €
09	Fontaberta Unipessoal, Lda	7 507,01 €	0,00 €	0,00 €		7 507,01 €
09	Higino Pinheiro & Irmão, Lda. Const. Civil e Obras Públicas	89 963,00 €	4 019,25 €	69 361,64 €		24 620,61 €
09	Joluiborges - Sociedade de Construção e Terraplanagens	13 729,06 €	0,00 €	13 040,92 €		688,14 €
09	Lopes, Azevedo & Filhos	0,00 €	7 098,33 €	7 098,33 €		0,00 €
09	Manuel Guedes Monteiro	140,50 €	0,00 €	0,00 €		140,50 €
09	Paralelo Harmonioso Unipessoal	0,00 €	747,50 €	0,00 €		747,50 €
09	Sociedade de Construções Fonte do Arco, Lda	19 340,49 €	0,00 €	0,00 €		19 340,49 €
09	Sociedade Empreitadas do Marco, Lda	10 917,86 €	0,00 €	7 441,36 €		3 476,50 €
09	Tudorosa, Lda	10 959,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 959,41 €
09	Cauções prestadas em papel	200 253,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200 253,63 €
09	Outras cauções cobradas	9 353,17 €	0,00 €	1 263,12 €		8 090,05 €
	SUBTOTAL	409 270,90	0,00 €	1 263,12 €	0,00 €	324 442,74 €
09	Recibos para cobrança	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	TOTAL	409 270,90 €	43 043,39 €	127 871,55 €	0,00 €	324 442,74 €

23.8 Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

Neste exercício económico foi possível calcular o Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas do Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação), cujo montante se cifra em 153.837,47€. Foi, ainda, realizada a contagem física dos bens em Armazém.

Altoz

44

23.8.1 Posto de Turismo

Quadro 32 – Posto de Turismo

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	29 739,51 €	
Compras	8 048,38 €	
Regularizações de existências	0,00 €	
Existências finais	- 34 486,62 €	
Custos do exercício	3 301,27 €	

23.8.2 Bar da Piscina Municipal Descoberta

Quadro 33 – Bar da Piscina Municipal Descoberta

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00 €	
Compras	9 964,88 €	
Regularizações de existências	- 158,14 €	
Existências finais	0,00 €	
Custos do exercício	9 806,74 €	

23.8.3 Refeitórios (escola sede do AEPAN e Centro Escolar)

Quadro 34 – Refeitórios

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	
Compras	140 729,46 €	
Regularizações de existências	0,00 €	
Existências Finais	0,00 €	
Custos do exercício	140 729,46 €	

23.8.4. Resumo

Quadro 35 - Resumo

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	29 739,51 €	
Compras	158 742,72 €	
Regularizações de existências	- 158,14 €	
Existências finais	- 34 486,62 €	
Custos do exercício	153 837,47 €	

Handwritten notes and signatures:
 A large handwritten signature in blue ink is visible on the right side of the page. Below it, the number "45" is circled in blue ink. There are also some scribbles and other markings in blue ink.

23.9 Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria refletem os recebimentos e pagamentos para entidades terceiras, incluindo, também, os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos, empreitadas e outros.

Quadro 36 – Resumo de Fluxo de Caixa

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo de Gerência Anterior		313 933,84 €	Despesas Orçamentais		7 447 416,85 €
Execução Orçamental	104 916,57 €		Correntes	5 468 507,43 €	
Operações de Tesouraria	209 017,27 €	7 865 183,99 €	Capital	1 978 909,42 €	135 756,22 €
Receitas Orçamentais			Operações de Tesouraria		
Correntes	5 448 727,14 €		Saldo para a Gerência Seguinte	522 683,71 €	646 872,82 €
Capital	2 416 322,51 €		Execução Orçamental		
Outras	134,34 €	50 928,06 €	Operações de Tesouraria	124 189,11 €	
Operações de Tesouraria					
TOTAL		8 230 045,89 €	TOTAL		8 230 045,89 €

23.10 Investimentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se representados no quadro seguinte.

Quadro 37 – Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM	146 916,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	146 916,00 €
Águas do Norte, S.A.	90 119,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 119,00 €
ADIN - Ações	1 024 800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 024 800,00 €
ADIN - Prémios de emissão	311 607,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	311 607,00 €
ADIN - Prestações suplementares	1 675 536,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 675 536,00 €
Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	3 248 978,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 248 978,00 €

23.11 Outras considerações

No item Património apresentam-se os bens identificados e valorizados no exercício de 2023, no entanto existem bens que, pela sua natureza, ainda não se encontram valorizados, tais como obras de arte, que deverão ser avaliados aquando da constituição da Comissão de Avaliação.

Acresce a necessidade dos serviços da autarquia darem continuidade ao trabalho desenvolvido, nos últimos anos, no que concerne à inventariação e avaliação dos Bens Imóveis (Avaliação dos Edifícios, Terrenos, Bens de Domínio Público, e outros) e Bens Móveis Municipais, que ainda se encontram para validar e ou concluir.

Aquando da aquisição de qualquer imóvel a favor da entidade, é efetuado o seu registo na Conservatória do Registo Predial, contudo existem alguns imóveis que carecem de atualização dos seus registos estando os serviços competentes a diligenciar a sua atualização junto da Conservatória. De referir que estes bens independentemente da conclusão do processo de regularização na C.R.P. não envolvem risco de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos dos anos seguintes.

No que respeita ao apuramento dos trabalhos realizados para a própria entidade, não foi possível o seu reconhecimento atendendo aos procedimentos de implementação da contabilidade de gestão na Autarquia.

O Município aguarda informação vinculativa sobre o IVA na operação de transferência de equipamentos de distribuição de água à ADIN.



Handwritten signature and date: 20/12/2023

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Handwritten notes and signatures:
A circled asterisk symbol with a vertical line through it.
A signature in blue ink.
The word "Contas" written in blue ink.
A circle containing the number "48".
A vertical line with a checkmark-like symbol at the bottom.

1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	2023	2022
Saldo de gerência anterior		313 933,84 €	278 720,47 €
	Operações orçamentais [1]	104 916,57 €	103 565,11 €
	Operações de tesouraria [A]	209 017,27 €	175 155,36 €
Receita corrente		5 448 727,14 €	5 220 175,31 €
R1	Receita fiscal	454 748,24 €	475 388,83 €
R1.1	Impostos diretos	454 748,24 €	475 388,83 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	50 546,85 €	50 249,10 €
R4	Rendimentos de propriedade	157 594,52 €	96 820,15 €
R5	Transferências e subsídios correntes	4 520 587,25 €	4 344 721,07 €
R5.1	Transferências correntes	4 520 587,25 €	4 344 721,07 €
R5.1.1	Administrações Públicas	4 474 514,41 €	4 304 688,22 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 462 664,89 €	4 207 532,73 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	11 849,52 €	97 155,49 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	46 072,84 €	40 032,85 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	263 869,20 €	252 014,94 €
R7	Outras receitas correntes	1 381,08 €	981,22 €
Receita de capital		2 030 703,76 €	1 105 205,44 €
R8	Venda de bens de investimento		112 101,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 028 093,95 €	981 193,52 €
R9.1	Transferências de capital	2 028 093,95 €	981 193,52 €
R9.1.1	Administrações Públicas	2 028 093,95 €	981 193,52 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 028 093,95 €	981 193,52 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	2 609,81 €	11 910,92 €
Receita efetiva [2]		7 479 565,24 €	6 325 398,75 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	134,34 €	18,00 €
Receita não efetiva [3]		385 618,75 €	539 201,25 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	385 618,75 €	539 201,25 €
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		7 970 100,56 €	6 968 165,11 €
	Operações de tesouraria [B]	50 928,06 €	46 087,79 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and a circled number '49' at the bottom right.

Rubrica	Pagamentos	2023	2022
Despesa corrente		5 468 507,43 €	4 739 628,33 €
D1	Despesas com o pessoal	3 524 119,48 €	2 994 863,11 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	2 730 679,00 €	2 273 767,37 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	48 850,16 €	65 913,91 €
D1.3	Segurança social	744 590,32 €	655 181,83 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 462 922,62 €	1 253 486,69 €
D3	Juros e outros encargos	176 878,59 €	95 389,71 €
D4	Transferências e subsídios correntes	267 511,88 €	338 658,29 €
D4.1	Transferências correntes	267 511,88 €	338 658,29 €
D4.1.1	Administrações Públicas	60 923,14 €	145 537,86 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	60 923,14 €	145 537,86 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	188 638,74 €	172 390,09 €
D4.1.3	Famílias	17 950,00 €	20 730,34 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios Correntes	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	37 074,86 €	57 230,53 €
Despesa de capital		1 427 384,79 €	1 750 546,49 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 406 384,79 €	1 708 596,49 €
D7	Transferências e subsídios de capital	21 000,00 €	41 950,00 €
D7.1	Transferências de capital	21 000,00 €	41 950,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	21 000,00 €	41 950,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	21 000,00 €	41 950,00 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
Despesa efetiva [5]		6 895 892,22 €	6 490 174,82 €
Despesa não efetiva [6]		551 524,63 €	373 073,72 €
D9	Despesa com ativos financeiros		
D10	Despesa com passivos financeiros	551 524,63 €	373 073,72 €
Soma [7]=[5]+[6]		7 447 416,85 €	6 863 248,54 €
Operações de tesouraria [C]		135 756,22 €	12 225,88 €
Saldo para a gerência seguinte		646 872,82 €	313 933,84 €
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		522 683,71 €	104 916,57 €
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		124 189,11 €	209 017,27 €
Saldo global [2] - [5]		583 673,02 €	-164 776,07 €
Despesa primária		6 719 013,63 €	6 394 785,11 €
Saldo corrente		-19 780,29 €	480 546,98 €
Saldo de capital		603 318,97 €	-645 341,05 €
Saldo primário		760 551,61 €	-69 386,36 €
Receita total [1] + [2] + [3]		7 970 100,56 €	6 968 165,11 €
Despesa total [5] + [6]		7 447 416,85 €	6 863 248,54 €

Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.

Handwritten signatures and a circled number 50.

2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Rubrica	Recebimentos	2023	2022
Receita corrente		45 143,76 €	72 636,40 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	193,10 €	1 087,35 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	27 159,35 €
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	2 021,88 €
R5.1	Transferências correntes	8 933,38 €	2 021,88 €
R5.1.1	Administrações Públicas	8 933,38 €	2 021,88 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 933,38 €	2 021,88 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	8 933,38 €	2 021,88 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	4,99 €	3 525,55 €
R7	Outras receitas correntes	36 012,29 €	38 841,86 €
Receita de capital		0,00 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
R14	Saldo de gerência anterior	0,00 €	0,00 €

Handwritten signatures and a circled number 51.

Rubrica	Pagamentos	2023	2022
Despesa corrente		600 931,66 €	235 972,19 €
D1	Despesas com o pessoal	113 758,89 €	73 918,44 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	33 039,71 €	28 605,87 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 770,44 €	447,70 €
D1.3	Segurança social	75 948,74 €	44 864,87 €
D2	Aquisição de bens e serviços	419 270,62 €	118 458,47 €
D3	Juros e outros encargos	7 184,33 €	22 184,33 €
D4	Transferências e subsídios correntes	42 468,28 €	11 580,75 €
D5	Outras despesas correntes	18 249,54 €	9 830,20 €
Despesa de capital		140 538,77 €	19 518,77 €
D6	Aquisição de bens de capital	140 538,77 €	19 518,77 €
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €

Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2023

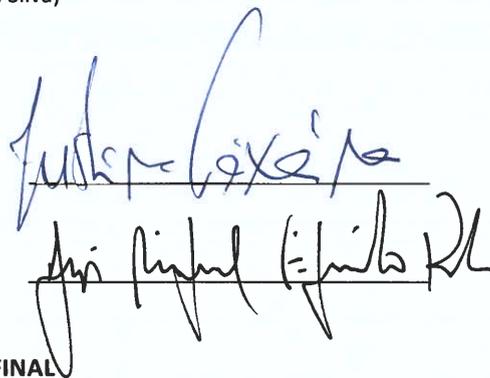
O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2023, **RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADO DE 2023**, contêm 53 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, a ser apreciada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mesão Frio, a realizar em 05 de junho de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal:



(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

Os Vereadores:



TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2023, **RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADO DE 2023**, contêm 53 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, tendo sido submetida à apreciação em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mesão Frio, realizada em 25 de junho de 2024.

O Presidente da Assembleia Municipal:



(Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Dr.)

Os Secretários:

